

SUMÁRIO

LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	49
II. DEFINIÇÃO	49
III. DENOMINAÇÃO	52
IV. CONTEÚDO	55
V. FUNÇÕES	58
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA	62
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	63

CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	66
II. AUTONOMIA	66
III. NATUREZA JURÍDICA	70
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO ..	75
1. Relações com o Direito Constitucional	75
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos	76
3. Relações com o Direito Civil	78
4. Relações com o Direito Previdenciário	79

CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	81
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS	81
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	83
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO ..	87

V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	92
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	94
2. Sistematização e Consolidação	95
3. Institucionalização do Direito do Trabalho	96
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho	97
VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS	99
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos	99
A) Normatização Autônoma e Privatística	100
B) Normatização Privatística Subordinada	100
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário	101
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	102

CAPÍTULO IV

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO	105
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO	105
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	106
2. Institucionalização do Direito do Trabalho	109
Análise Comparativa	112
3. Crise e Transição do Direito do Trabalho	114
Transição Democrática Aliada à Crise do Ramo Jurídico	115
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL	118
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista	118
2. Modelo Justrabalhista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica	120
IV. A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA	122
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988	123
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira	124
B) A Carta de Direitos de 1988	126
2. Contradições Antidemocráticas da Constituição de 1988	127
Corporativismo <i>Versus</i> Democracia	129
3. Transição Refreada: impasses constitucionais de 1988	133
4. Modelo Justrabalhista: transição ou continuidade?	135

CAPÍTULO V

ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	137
---------------------	-----

II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	137
1. Conceito	137
2. Classificação	138
A) Fontes Materiais	139
B) Fontes Formais	141
Heteronomia e Autonomia	142
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS	144
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	145
1. Constituição	145
A) Sentido Material e Sentido Formal	145
B) Eficácia Jurídica da Carta Constitucional	147
a) Vertente Tradicional	147
b) Vertente Moderna	148
c) Análise Comparativa	151
2. Lei (e Medida Provisória)	152
3. Tratados e Convenções Internacionais	154
4. Regulamento Normativo (Decreto)	156
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares	156
6. Sentença Normativa	157
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	159
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho	159
Aderência Contratual	161
2. Contrato Coletivo de Trabalho	163
3. Usos e Costumes	165
VI. FIGURAS ESPECIAIS	166
1. Figuras Justrabalhistas Especiais	166
A) Laudo Arbitral (Arbitragem)	166
B) Regulamento Empresarial	168
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais	169
A) Jurisprudência	169
B) Princípios Jurídicos	171
C) Doutrina	171
D) Equidade	172

3. Referências Finais	174
A) Analogia	174
B) Cláusulas Contratuais	174
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS	175
1. Hierarquia Normativa: teoria geral	176
2. Hierarquia Normativa: especificidade justralhista	177
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista	179
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento	181

CAPÍTULO VI PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	184
1. Ciência e Princípios	185
2. Direito e Princípios	186
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	187
1. Fase Pré-jurídica ou Política	187
2. Fase Jurídica	188
A) Princípios Descritivos (ou Informativos)	188
B) Princípios Normativos Subsidiários	188
C) Princípios Normativos Concorrentes	189
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES	191
1. Princípios Gerais — adequações	192
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	194
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	195
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	196
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais	197
➔ A) Princípio da Proteção	197
B) Princípio da Norma Mais Favorável	199
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas	201
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas	201
E) Princípio da Condição Mais Benéfica	202
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	203
Intangibilidade Contratual Objetiva	205
➔ G) Princípio da Intangibilidade Salarial	206

H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma	208
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	209
2. Princípios Justrabalistas Especiais Controvertidos	212
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i>	212
B) Princípio do Maior Rendimento	214
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	216
1. Diferenciação de Figuras	216
2. Extensão da Indisponibilidade	217
3. Requisitos da Renúncia e Transação	219
A) Renúncia	219
B) Transação	220

**CAPÍTULO VII
INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO
DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO	222
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	222
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	222
2. A Interpretação no Direito	224
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma	225
B) Interpretação do Direito Construído	225
3. Hermenêutica Jurídica	226
A) Distinções Relevantes	226
B) Função da Interpretação Jurídica	229
C) Tipologias da Interpretação Jurídica	231
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação	231
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação	233
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação	233
D) Principais Métodos de Exegese do Direito	233
E) Sistemas Teóricos de Interpretação	236
a) Hermenêutica Tradicional	237
b) Escola Exegética Francesa	237
c) Escola Histórico-evolutiva	238
d) Escola da Interpretação Científica	238
e) Escola da Livre Investigação	238
f) Contraponto Avaliativo	239
F) Especificidade da Interpretação Justrabalista	239

III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	241
1. Conceituação	241
2. Tipos de Integração Jurídica	242
3. Procedimento Analógico	243
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	244
1. Conceituação	244
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	245
Princípio da Aderência Contratual	246
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	248
CAPÍTULO VIII	
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	
I. INTRODUÇÃO	250
II. DISTINÇÕES CORRENTES	252
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição	252
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição	253
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição	254
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	254
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO ..	256
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	256
2. Causas Interruptivas	257
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS	258
1. Fatores Tipificados	258
Critério da <i>Actio Nata</i>	259
2. Outros Fatores Atuantes	260
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS	260
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	262
1. Prazos Prescricionais	262
A) Prescrição nos Contratos Urbanos	263
B) Prescrição nos Contratos Rurais	264
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000)	265
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000)	266
C) Prescrição nos Contratos Domésticos	267
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	269
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias	270

2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição	271
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa	272
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria	272
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial	274
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento	276
A) Legitimidade para Arguição	276
B) Momento Próprio para Arguição	278
a) Arguição na Fase de Conhecimento	278
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução	279
4. Prescrição Intercorrente	280

**LIVRO II
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**CAPÍTULO IX
RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO**

I. INTRODUÇÃO	285
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego	285
II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO	287
1. Distinções na História do Direito	288
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia	289
A) Trabalho por Pessoa Física	291
B) Pessoalidade	291
C) Não-eventualidade	293
a) Eventualidade <i>versus</i> Não-eventualidade: teorias	294
b) Trabalho Eventual: caracterização	297
D) Onerosidade	298
E) Subordinação	301
a) Conceito e Caracterização	302
b) Natureza da Subordinação	303
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO	305
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO	307
1. Teorias Contratualistas Tradicionais	309
A) Teoria do Arrendamento	309
B) Teoria da Compra e Venda	310

C) Teoria do Mandato	311
D) Teoria da Sociedade	312
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica	312
2. Teoria Contratualista Moderna	313
3. Teorias Acontratualistas	316
A) Teoria da Relação de Trabalho	316
B) Teoria Institucionalista	318
C) Acontratualismo: análise crítica	319

CAPÍTULO X **RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU**

I. INTRODUÇÃO	321
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	322
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO	323
1. Requisitos Formais	325
2. Requisitos Materiais	326
3. Estágio: avaliação crítica	327
IV. CONTRAPONTO COOPERATIVA <i>VERSUS</i> EMPREGADO	328
1. Princípio da Dupla Qualidade	329
2. Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada	330
V. TRABALHO AUTÔNOMO	334
1. Prestação de Serviços e Empreitada	336
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual	337
3. Pequena Empreitada: especificidade	337
VI. TRABALHO EVENTUAL	339
VII. TRABALHO AVULSO	341
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO	343

CAPÍTULO XI **O EMPREGADO**

I. INTRODUÇÃO	347
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal	347
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELLECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	348
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	349
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral	350
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94)	350

B) Art. 62 da CLT (Após Lei n. 8.966/94)	352
C) Efeitos do Cargo de Confiança	353
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	354
3. Diretores Empregados	356
A) Diretor Recrutado Externamente	357
Contraponto de Vertentes	359
B) Empregado Eleito Diretor	359
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas	361
A) Incompatibilidade de Figuras	362
B) Assimilação de Figuras	362
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas	363
D) Sociedade como Simulação	363
IV. EMPREGADO DOMÉSTICO	364
1. Definição	364
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica	366
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais	366
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros	367
B) Elemento Fático-jurídico da Não-eventualidade	368
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	370
a) Finalidade Não-lucrativa dos Serviços	370
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família	372
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa	373
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos	374
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas	376
A) Férias Anuais Remuneradas	376
B) Licença-paternidade e Licença-gestante	377
C) Garantia de Emprego à Gestante	378
V. EMPREGADO RURAL	379
1. Evolução Jurídica	379
A) Fase de Restrição de Direitos	380
B) Aproximação de Situações Jurídicas	380
C) Fase Contemporânea: diferenciações tópicas	381
Unificação do Prazo Prescricional	382

2. Caracterização do Empregado Rural	383
A) Antigo Critério Celetista	383
B) Critério Hoje Prevalente	384
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	385
a) Enquadramento Rurícola do Empregador	385
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico	386
3. Caracterização do Empregador Rural	386

CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO	389
Definição da CLT: análise crítica	389
II. EMPREGADOR: CARACTERIZAÇÃO	391
1. Despersonalização	391
2. Assunção dos Riscos (Alteridade)	393
Atenuações do Risco Empresarial	394
3. Empresa e Estabelecimento	395
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS	397
1. Definição	397
2. Objetivos da Figura	397
3. Caracterização do Grupo Econômico	398
A) Abrangência Objetiva	398
B) Abrangência Subjetiva	399
C) Nexos Relacionais Interempresas	400
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	402
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva	402
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único	403
5. Aspectos Processuais	405
IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES	406
1. Definição e Denominação	406
2. Sucessão Trabalhista: caracterização	407
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão	408
B) Situações-tipo Novas de Sucessão	409
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista	410
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica	410

Título Jurídico da Transferência	412
B) Continuidade na Prestação Laborativa	413
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos	414
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista	415
A) Fundamentação Doutrinária	415
B) Fundamentação Legal	416
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista	416
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista	418
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial	418
Cláusula de Não-responsabilização	419
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido	420
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão	421
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista	422
A) Figuras Civilistas Clássicas	423
B) Singularidade Trabalhista	424
V. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES	425

CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	428
Evolução Histórica no Brasil	429
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	431
1. Legislação Heterônoma Estatal	432
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70	432
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83	433
C) Parágrafo Único do art. 442, CLT — cooperativas	434
D) Outras Referências Legais	435
2. Jurisprudência Trabalhista	436
III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS	438
1. Terceirização Lícita e Ilícita	438
A) Terceirização Lícita: situações-tipo	439
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas	441
C) Terceirização Ilícita	442
2. Efeitos Jurídicos da Terceirização	442
A) Vínculo com o Tomador de Serviços	442
B) Isonomia: salário equitativo	443

IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	445
V. TERCEIRIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI N. 6.019/74	449
1. Trabalho Temporário: caracterização	449
2. Hipóteses de Pactuação	451
3. Formalidades e Prazos	452
4. Direitos da Categoria Temporária	453
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo	456
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE	456
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes	458
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS	460
1. Competência	460
2. Litisconsórcio Passivo	461
VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO ..	461
1. Terceirização e Não-discriminação Remuneratória — salário equitativo ...	462
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista	466
3. Terceirização e Atuação Sindical	468

CAPÍTULO XIV
RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS

I. INTRODUÇÃO	471
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÔMICO ...	471
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO DA PESSOA JURÍDICA	473
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO	476
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREENHEIRO	477
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS) ...	479
1. Situações de Não-responsabilização	480
2. Situações de Responsabilização	480
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES	484

CAPÍTULO XV
CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES

I. INTRODUÇÃO	488
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	489
1. Definição	489
Definição da CLT: crítica	490

2. Denominação	490
3. Caracteres	492
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	496
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	498
A) Capacidade das Partes	498
B) Licitude do Objeto	501
C) Forma Regular ou Não Proibida	502
Forma e Prova	503
D) Hígidez de Manifestação da Vontade	504
2. Elementos Naturais do Contrato	505
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	506
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES	507
1. Teoria Trabalhista de Nulidades	507
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista	508
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista	509
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista	511
2. Tipos de Nulidades	511
A) Nulidade Total e Parcial	511
B) Nulidade Absoluta e Relativa	512
3. Nulidade e Prescrição	513

CAPÍTULO XVI

CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO	514
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	514
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	516
1. Distinções	516
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	517
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	518
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO	519
1. Aspectos Gerais	519
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	520
A) Interrupção e Suspensão Contratuais	521
B) Estabilidade e Garantias de Emprego	521
C) Efeitos Rescisórios	521

V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO)	523
1. Hipóteses de Pactuação	524
2. Meios de Fixação do Termo Final	527
3. Prazos Legais	529
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais	529
5. Indeterminação Contratual Automática ("Novação")	530
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	532
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo	534
Acidente de Trabalho: exceção isolada	535
8. Contratos a Termo: forma e prova	536
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	538

CAPÍTULO XVII TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO	541
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	541
1. Contrato de Experiência	541
A) Caracterização	543
B) Efeitos Contratuais	544
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência	545
2. Contrato de Safra	548
3. Contrato de Obra Certa	550
4. Contrato por Temporada	552
III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, de 1998 ..	554
1. Celebração Contratual	555
A) Hipóteses de Pactuação	555
B) Requisitos do Contrato	555
2. Caracterização da Figura Jurídica	556
A) Denominação	557
B) Características Trabalhistas Comuns	559
a) Prazo de Duração	559
b) Meios de Fixação do Termo Final	559
c) Sucessividade Contratual	560
d) Tempo de Serviço (<i>Accessio Temporis</i>)	562

C) Características Trabalhistas Especiais	564
a) Pactuação do Contrato	565
b) Formalidade Contratual	565
c) Prorrogação Contratual	566
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos	568
Acidente do Trabalho: exceção rescisória	570
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis	571
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos	571
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98	572
C) Parcelas Trabalhistas Novas	573
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos	573
5. Vantagens Tributárias e Creditícias Decorrentes	574
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	575
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego	575
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista	577
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República	579
a) Incompatibilidades Globais	579
b) Incompatibilidades Tópicas	580

CAPÍTULO XVIII

CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO	582
Contratos de Atividade	582
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ..	582
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA	584
Pequena Empreitada na CLT	586
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	587
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	589
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	591
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMER-	
CIAL (OU AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO)	594
1. Representação Comercial ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica ...	594
A) Caracterização	594
B) Remuneração	595
C) Rescisão Contratual	595

2. Representação Mercantil ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos	596
3. Empregado Vendedor: regras próprias	598
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas	599
a) Conceito e Natureza	599
b) Dinâmica Comissional	600
B) Pagamento da Comissão	601
C) Ultimação do Negócio — data presumida	601
D) Risco Concernente às Vendas	602
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	602
F) Exclusividade de Zona de Trabalho	602
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	603

CAPÍTULO XIX
EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO:
PRÓPRIOS E CONEXOS

I. INTRODUÇÃO	605
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS	606
1. Obrigações do Empregador	606
2. Obrigações do Empregado	606
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato	607
III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	607
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	608
Natureza Jurídica	608
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	608
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato	609
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato	610
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais	611
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS SOFRIDOS PELO EMPREGADO	612
1. Indenização por Dano Moral ou à Imagem	613
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	614
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos	617
A) Requisitos Clássicos	617
B) Objetivação da Responsabilidade	619

C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade	620
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório	621
A) Critérios Orientativos para a Aferição do Dano	621
B) Valor Indenizatório	623
5. Competência Judicial	625

CAPÍTULO XX
O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO,
REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO	628
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	629
1. Conceituação	629
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico	629
2. Caracterização	631
A) Poder Diretivo	631
B) Poder Regulamentar	632
Natureza dos Dispositivos Regulamentares	633
C) Poder Fiscalizatório	634
Limites ao Poder de Controle	634
D) Poder Disciplinar	636
III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO	638
1. Fundamentos Doutrinários	638
A) Propriedade Privada	639
B) Institucionalismo	640
C) Delegação do Poder Público	641
D) Contrato	643
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico	645
2. Fundamentos Legais	647
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO	648
1. Concepções Tradicionais	649
A) Direito Potestativo	649
B) Direito Subjetivo	650
C) <i>Status</i> Jurídico	651

D) Direito-função	653
Poder e Cidadania	655
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa	656
Virtudes da Concepção Relacional	657
V. O PODER DISCIPLINAR	659
1. Fundamentos	660
A) Posição Negativista	660
B) Posição Autonomista	661
C) Vertente Intermediária	662
2. Infrações Características	663
A) Critérios de Caracterização	663
B) Infrações Obreiras Tipificadas	664
3. Penalidades Características	666
A) Modalidades Acolhidas	666
B) Modalidades Rejeitadas	668
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes)	670
A) Requisitos Objetivos	671
B) Requisitos Subjetivos	672
C) Requisitos Circunstanciais	673
5. Intervenção Judicial	677
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	679
CAPÍTULO XXI	
REMUNERAÇÃO E SALÁRIO	
I. INTRODUÇÃO	681
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES	681
1. Salário: definição	681
2. Remuneração: definição e distinções	682
Remuneração e Gorjetas	683
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES	686
1. Denominações Impróprias	687
2. Denominações Próprias	690
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES	693
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais)	693

2. Parcelas Salariais Dissimuladas	695
Diárias para Viagem e Ajudas de Custo	695
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS	696
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	697
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal)	704
VI. CARACTERES DO SALÁRIO	706
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	712
1. Tipologias Principais	712
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	714
A) Salário por Unidade de Tempo	714
B) Salário por Unidade de Obra	715
C) Salário-Tarefa	717
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	718
1. Caracterização do Salário-utilidade	718
A) Requisitos Essenciais	718
Excludentes do Salário-utilidade	719
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade	723
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade	725
3. Rol de Utilidades Pertinentes	726
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho	726
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial	727
B) Valor da Utilidade no Contrato	728
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo	730
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	732
1. Salário Básico	732
2. Abono	733
3. Adicionais	735
4. Gratificações	738
5. 13º Salário	740
6. Comissões	<u>742</u>
Vendedores, Viajantes ou Pracistas	744
7. Prêmios	747
8. Outras Parcelas Salariais	749

CAPÍTULO XXII
SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS

I. INTRODUÇÃO	752
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO	753
1. Irredutibilidade Salarial	754
2. Correção Salarial Automática	757
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo	760
A) Salário Mínimo Legal	760
B) Salário Profissional	761
C) Salário Normativo e Salário Convencional	762
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR	762
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	764
A) Tempo de Pagamento	764
B) Lugar de Pagamento	765
C) Meios de Pagamento	766
2. Irredutibilidade Salarial	769
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos	769
A) Regra Geral de Intangibilidade	769
B) Descontos Salariais Autorizados	769
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos	773
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO	773
1. Não-discriminação e isonomia: distinções	774
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais	777
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	777
4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias	778
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988	780
A) Discriminação Contra a Mulher	780
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos	783
C) Discriminação Contra o Estrangeiro	785
D) Discriminação Contra o Portador de Deficiência	785
E) Discriminação em Função do Tipo de Trabalho	786
F) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso	787

6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários	788
A) Requisitos da Equiparação Salarial	788
a) Identidade de Funções	789
b) Identidade de Empregador	790
c) Identidade de Localidade	791
d) Simultaneidade no Exercício Funcional	792
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório	792
a) Diferença de Perfeição Técnica	793
b) Diferença de Produtividade	794
Uma Particularidade: salário por unidade de obra	795
c) Diferença de Tempo de Serviço	795
o) Existência de Quadro de Carreira	795
e) Paradigma em Readaptação Funcional	796
C) Equiparação Salarial: ônus da prova	796
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira	797
A) Requisitos do Quadro de Carreira	797
B) Proteções Antidiscriminatórias	799
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados	800
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual	800
B) "Substituição Permanente": ocupação de cargo vago	801
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista	802
A) Trabalho Terceirizado Temporário	803
B) Trabalho Terceirizado Permanente	804
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito	806
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais	806
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita	808
V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR	810
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista	811
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista	813
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas	815
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador	818
3. Proteção Jurídica na Falência do Empregador	819
Competência Judicial	821

4. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador	822
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO	823
1. Impenhorabilidade do Salário	824
2. Restrições à Compensação	825
3. Critério de Correção Monetária	826
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	828

CAPÍTULO XXIII DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA

I. INTRODUÇÃO	830
1. Jornada e Salário	830
2. Jornada e Saúde no Trabalho	831
3. Jornada e Emprego	833
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO	835
1. Duração do Trabalho	835
2. Jornada de Trabalho	835
3. Horário de Trabalho	836
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	837
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada	837
A) Tempo Efetivamente Trabalhado	838
B) Tempo à Disposição	838
C) Tempo de Deslocamento	839
Tempo de Deslocamento — horas “in itinere”	840
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada	842
A) Tempo de Prontidão	842
B) Tempo de Sobreaviso	843
Tempo de Sobreaviso — BIPs e telefones celulares	844
C) Tempo Residual à Disposição	845
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares	846
A) Tronco Básico	846
B) Componentes Suplementares	846
IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	848
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada	848
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	849
A) Critérios Gerais Informativos	849

B) Flexibilização e Compensação de Jornada	854
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98)	854
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98)	859
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98)	863
Dinâmica do Banco de Horas	867
d) Restrições ao Regime Compensatório	869
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE	872
1. Modalidades de Jornada de Trabalho	872
2. Jornadas Controladas	873
3. Jornadas Não Controladas	874
4. Jornada Não Tipificada	876
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO	877
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO	879
1. Caracterização das Jornadas Especiais	879
2. Categorias Específicas	880
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento	881
A) Caracterização da Figura Jurídica	882
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88	884
4. Atividade Contínua de Digitação	885
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA	888
1. Caracterização da Jornada Extraordinária	888
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar	889
B) Prorrogações Regulares e Irregulares	891
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias	892
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação	892
a) Acordo de Prorrogação de Jornada	892
b) Regime de Compensação de Jornada	895
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior	896
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis	898
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais	899
B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação	901
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	903
3. Efeitos da Jornada Extraordinária	905

IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL	906
1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação	907
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial	909
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial	910
X. JORNADA NOTURNA	911
1. Parâmetros da Jornada Noturna	912
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna	913
3. Restrições ao Trabalho Noturno	915

CAPÍTULO XXIV
PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS,
REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS

I. INTRODUÇÃO	916
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA	917
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas	917
A) Intervalos e Saúde no Trabalho	917
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites	919
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas	922
3. Intervalos Intraornadas: caracterização e efeitos jurídicos	923
A) Objetivos dos Intervalos Intraornadas	923
B) Classificação dos Intervalos Intraornadas	924
a) Intervalos Comuns e Especiais	924
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	925
Quadro de Intervalos Intraornadas	926
C) Intervalos Intraornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito ...	927
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado	927
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado	927
D) Intervalos Intraornadas: outras regras aplicáveis	929
3. Intervalos Interornadas: caracterização e efeitos jurídicos	930
A) Objetivos dos Intervalos Interornadas	930
B) Classificação dos Intervalos Interornadas	931
a) Intervalos Interornadas e Intersemanais	931
b) Intervalos Comuns e Especiais	932
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	933
Quadro de Intervalos Interornadas	933
C) Intervalos Interornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito ...	934
a) Desrespeito ao Intervalo Interornadas	934
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal	935

III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA	935
1. Aproximação das Figuras Jurídicas	935
Normatização Aplicável	936
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos	938
A) Caracterização do Descanso Semanal	938
a) Lapso Temporal	938
b) Ocorrência Semanal do Descanso	939
c) Coincidência Preferencial com o Domingo	940
d) Imperatividade do Descanso Semanal	942
B) Remuneração do Descanso Semanal	942
a) Requisitos da Remuneração	942
b) Valor da Remuneração	943
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado	944
3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos ...	945
A) Tipos de Feriados	946
a) Feriados Cívicos e Religiosos	946
a.1) Feriados Cívicos	946
a.2) Feriados Religiosos	948
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais	948
CAPÍTULO XXV	
PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS	
I. INTRODUÇÃO	949
1. Objetivos das Férias	949
2. Normatização Aplicável	950
II. CARACTERIZAÇÃO	951
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO	954
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo)	955
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias	955
Situações Especiais	956
3. Duração das Férias Adquiridas	957
A) Duração Genérica das Férias	957
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial	958
Restrições Específicas	960
C) Duração em Contratos Domésticos	961

IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS	963
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo)	963
Época de Concessão	967
2. Concessão Extemporânea das Férias	968
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	969
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos	969
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos	970
A) Caracterização das Férias Coletivas	970
B) Procedimentos Concessivos	971
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	972
1. Cálculo da Remuneração	973
A) Cálculo Salarial	973
B) Parcelas Integradas	974
C) Parcelas Não Integradas	974
2. Remuneração Simples	974
3. Remuneração Dobrada	975
Natureza Jurídica da Dobra	976
4. Terço Constitucional de Férias	976
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário)	978
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS	980
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual	981
2. Férias Simples e Extinção Contratual	981
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual	982
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS	984
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS	986
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo	987
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho	987

CAPÍTULO XXVI

FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	989
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA	989
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL	990
1. Policitização e Formação Contratual	991
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista	991

IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO	992
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVA E OBJETIVAS ..	995
1. Alteração Contratual Subjetiva	995
2. Alterações Contratuais Objetivas	996
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO	996
1. Classificação Segundo a Origem	997
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade	997
3. Classificação Segundo o Objeto	998
4. Classificação Segundo os Efeitos	998
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	999
1. Princípios Aplicáveis	999
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	1000
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro	1003
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1003
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização	1005
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1006
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO	1009
1. Conceituação	1009
2. Alteração de Função	1009
A) Conceito e Distinções	1009
B) Regras Aplicáveis	1010
Compatibilização Normativa	1012
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis	1013
D) Alterações Funcionais Lícitas	1014
a) Situações Excepcionais ou de Emergência	1014
b) Substituição Temporária	1014
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança	1015
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento	1016
d) Extinção do Cargo ou Função	1017
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira	1017
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária	1018
g) Promoção ou Remoção	1019
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO	1020
1. Conceito e Modalidades	1020
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades	1020

A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho	1021
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas	1021
a.1) Causa da Prorrogação	1021
a.2) Título Jurídico da Prorrogação	1023
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	1025
b) Prorrogações Realizadas Irregularmente	1027
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário	1027
B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho	1028
C) Alterações de Horário de Trabalho	1031
3. Alteração de Salário: modalidades	1032
A) Elevações Salariais	1032
B) Reduções Salariais	1032
a) Redução Salarial Direta	1032
a.1) Redução Nominal de Salários	1032
a.2) Redução Real de Salários	1034
b) Redução Salarial Indireta	1034
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL	1035
1. Conceituação	1035
2. Alteração do Local de Trabalho no País	1035
A) Distinções	1036
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes	1036
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas	1037
B) Efeitos da Remoção/Transferência	1038
C) Adicional de Transferência	1039
a) Pontos Consensuais	1039
b) Critérios de Incidência do Adicional	1040
c) Adicional: valor e repercussões contratuais	1041
D) Ajuda de Custo por Transferência	1042
E) Empregados Intransferíveis	1042
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais	1043
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos	1044
3. Transferência Obreira para o Exterior	1046
A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i>	1046
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82	1046

a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064	1046
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064	1047

CAPÍTULO XXVII INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1050
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES	1050
1. Conceituação	1050
2. Denominações	1051
III. DISTINÇÕES RELEVANTES	1052
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista	1052
2. Distinções Existentes	1054
A) Suspensão: características	1054
B) Interrupção: características	1055
IV. SUSPENSÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1056
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira	1056
Atenuação de Efeitos Jurídicos	1057
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado	1057
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado	1058
4. Suspensão: efeitos jurídicos	1059
A) Efeitos Contratuais da Suspensão	1059
a) Suspensão e Justa Causa	1060
b) Suspensão e Pedido de Demissão	1060
B) Prazo para Retorno após Suspensão	1061
V. INTERRUPÇÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1062
1. Casos de Interrupção Contratual	1062
2. Interrupção: efeitos jurídicos	1064
A) Efeitos Contratuais da Interrupção	1064
B) Prazo para Retorno após a Interrupção	1065
VI. INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS	1066
1. Serviço Militar	1067
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional	1069
3. Afastamento Maternidade	1071
A) Aspectos Legais	1071
B) Enquadramento Jurídico	1072
4. Encargos Públicos	1074

VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO	1075
1. Suspensão Disciplinar	1075
A) Natureza Jurídica	1075
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva	1075
C) Limites à Penalidade	1076
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate	1076
2. Suspensão para Inquérito	1078
A) Cabimento da Figura	1078
B) Natureza Jurídica	1079
C) Prazos Legais	1080
D) Efeitos da Sentença do Inquérito	1081
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar	1082
VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO	1083
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva	1083
Desrespeito aos Requisitos Legais	1084
2. Prazo Legal	1085
3. Efeitos da Suspensão Contratual	1085
A) Bolsa de Qualificação Profissional	1086
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado	1087
C) Ruptura Contratual	1087
Desestímulo Rescisório	1088
IX. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO	1089
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo	1089
A) Extinção Peremptória do Contrato	1089
B) Extinção Contratual Prorrogada	1091
C) Resgate do Prazo de Afastamento	1091
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção configurada	1092
CAPÍTULO XXVIII	
TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	
— MODALIDADES E EFEITOS	
I. INTRODUÇÃO	1094
II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1095
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	1096

2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador	1099
3. Princípio da Norma mais Favorável	1100
III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL	1101
1. Restrições a Contratos a Termo	1102
2. Estabilidade e Garantias de Emprego	1103
3. Interrupção e Suspensão Contratuais	1105
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador	1106
IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL	1108
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1109
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho	1110
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1112
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1112
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1113
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS	1116
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção	1116
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção	1119
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato	1121
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	1123
1. Extinção dos Contrato por Tempo Determinado	1123
A) Extinção Normal	1123
B) Extinção Anormal	1124
a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial	1124
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro	1126
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado	1127
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias	1128
a) Dispensa arbitrária (ou despedida sem justa causa ou, ainda, dispensa desmotivada)	1128
b) Pedido de demissão pelo obreiro	1130
c) Distrato	1130
d) Dispensa por justa causa operária	1131
e) Dispensa por justa causa empresarial (rescisão indireta)	1131
f) Ruptura por culpa recíproca	1132
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento	1132
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural	1134

B) Outros Pagamentos Rescisórios	1136
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório	1137
A) Pena do Art. 477, da CLT	1137
B) Pena do Art. 467, da CLT	1138
Entidades Estatais: exclusão da pena	1139
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS	1140
1. Capacidade do Empregado	1141
2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência	1142
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia	1144
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura	1145
B) Formalidades e Poderes Rescisórios	1146
CAPÍTULO XXIX	
TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. O INSTITUTO DO AVISO PRÉVIO	
I. INTRODUÇÃO	1148
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA	1149
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA	1151
1. Modalidades de Despedidas	1152
A) Classificação conforme a Motivação da Dispensa	1152
B) Despedidas Individuais e Coletivas	1153
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta	1154
3. Limitações à Dispensa Injusta	1156
A) Causas Restritivas	1156
B) Efeitos da Dispensa Irregular	1160
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS	1164
V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO — PEDIDO DE DEMISSÃO	1167
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA	1169
VII. O AVISO PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS	1170
1. Conceito e Natureza Jurídica	1170
2. Cabimento do Aviso Prévio	1172
3. Prazos, Tipos e Efeitos	1173
A) Prazos do Aviso Prévio	1173

B) Tipos de Aviso Prévio	1174
C) Efeitos do Aviso Prévio	1175

CAPÍTULO XXX

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO: DISPENSA POR JUSTA CAUSA

I. INTRODUÇÃO	1178
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES	1178
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO	1180
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES	1182
1. Requisitos Objetivos	1183
2. Requisitos Subjetivos	1185
3. Requisitos Circunstanciais	1186
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS	1190
1. Infrações do Art. 482 da CLT	1190
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas	1201
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS	1204
1. Penalidades Acolhidas	1204
2. Penalidades Rejeitadas	1207

CAPÍTULO XXXI

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA

I. INTRODUÇÃO	1209
II. JUSTA CAUSA EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA	1209
1. Requisitos Objetivos	1210
2. Requisitos Subjetivos	1211
3. Requisitos Circunstanciais	1212
III. FIGURAS DA JUSTA CAUSA EMPRESARIAL	1215
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA	1220
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta	1220
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho	1222
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica	1222
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos	1224
VI. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT	1226

1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis	1226
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual	1227
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES	1228
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS	1229

CAPÍTULO XXXII
ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO.
INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS

I. INTRODUÇÃO	1231
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS	1232
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1233
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho	1235
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1237
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1237
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1238
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO	1241
1. Estabilidade Celetista	1242
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988	1243
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988	1244
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial	1246
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS)	1247
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional	1249
A) Imunidade Sindical	1249
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante	1251
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal	1253
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQÜÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR	1255
Peculiaridade do Dirigente de CIPA	1258
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL	1260
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço	1260
2. Outras Indenizações Rescisórias	1263
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo	1263
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base ...	1265
VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	1265
1. Características do FGTS	1266

A) Recolhimentos de FGTS	1266
B) Abrangência do FGTS	1268
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório	1269
2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada	1272
Natureza Jurídica	1272

**LIVRO III
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**CAPÍTULO XXXIII
DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS**

I. INTRODUÇÃO	1277
II. DENOMINAÇÃO	1278
1. Denominações Arcaicas	1278
2. Denominações Atuais	1280
A) Direito Coletivo do Trabalho	1280
B) Direito Sindical	1280
C) Direito Social	1281
III. DEFINIÇÃO	1281
IV. CONTEÚDO	1282
V. FUNÇÃO	1284
1. Funções Justrabalhistas Gerais	1285
Extensão ao Direito Coletivo	1287
2. Funções Juscoletivas Específicas	1289
VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO	1291
1. Modalidades de Conflitos Coletivos	1291
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos	1292
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo	1293
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1295

**CAPÍTULO XXXIV
PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO
COLETIVO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO	1299
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA	1300
Tipologia de Princípios	1301
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO ...	1302
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical	1303

A) Cláusulas de Sindicalização Forçada	1304
B) Práticas Anti-sindicais	1306
C) Garantias à Atuação Sindical	1307
2. Princípio da Autonomia Sindical	1309
IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS	1312
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva	1312
2. Princípio da Equivalência dos Contratantes Coletivos	1313
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva	1315
V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E NORMAS ESTATAIS	1316
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva	1317
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada	1318
CAPÍTULO XXXV	
DIREITO COLETIVO E SINDICATO	
I. INTRODUÇÃO	1322
II. DEFINIÇÃO	1323
III. SISTEMAS SINDICAIS	1324
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato	1325
2. Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical	1329
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional	1330
B) A Posição da Constituição de 1988	1331
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos	1331
Garantias à Atuação Sindical	1331
IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL	1333
1. Estrutura Sindical	1335
A) Estrutura Externa	1335
B) Estrutura e Funcionamento Internos	1336
2. Registro Sindical	1337
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais	1338
A) Funções e Prerrogativas	1338
B) Receitas Sindicais	1341
V. GARANTIAS SINDICAIS	1343
1. Garantia Provisória de Emprego	1343

2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical	1346
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT	1346
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO	1348
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA	1350
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central	1352
Autoritarismo e Refluxo Sindical	1355
2. Evolução Sindical no Brasil	1356
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro	1356
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical	1358
Continuidade do Modelo nas Décadas Subseqüentes	1361
C) Constituição de 1988: mudança e continuidade	1362
a) Avanços Democráticos	1363
Carta de Direitos	1364
b) Contradições Antidemocráticas	1365
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais	1366

CAPÍTULO XXXVI **NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA**

I. INTRODUÇÃO	1368
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1370
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalthistas Democráticos	1371
A) Normalização Autônoma e Privatística	1371
B) Normalização Privatística Subordinada	1372
2. Parâmetros do Modelo Justrabalthista Autoritário	1373
3. Democracia e Normalização Estatal: reflexões complementares	1374
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO	1375
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição	1376
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções	1378
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS	1379
1. CCT e ACT: normalização aplicável	1379
2. CCT e ACT: caracterização	1382
A) Legitimação	1382
B) Conteúdo	1383
C) Forma	1384

D) Vigência	1385
E) Duração	1386
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão	1386
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO	1387
1. Denominação: dubiedades	1387
2. Caracterização	1388
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS	1389
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estatais: hierarquia	1390
A) Hierarquia Normativa: teoria geral	1390
B) Hierarquia Normativa: especificidade justralhista	1391
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento	1392
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia	1395
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações	1396
VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA — POSSIBILIDADES E LIMITES	1398
VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA	1401
1. Teorias Explicativas Tradicionais	1402
2. Contrato Social Normativo	1403

CAPÍTULO XXXVII A GREVE NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1405
II. LOCAUTE	1406
1. Caracterização	1407
2. Distinções	1408
3. Regência Jurídica	1409
4. Efeitos Jurídicos	1411
III. O INSTITUTO DA GREVE	1412
1. Caracterização	1412
A) Caráter Coletivo do Movimento	1412
B) Sustação de Atividades Contratuais	1413
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direto	1414
D) Objetivos da Greve	1415
E) Enquadramento Variável de seu Prazo de Duração	1416
2. Distinções	1417
A) Figuras Próximas ou Associadas	1418

B) Formas de Pressão Social	1419
C) Condutas Ilícitas de Pressão	1420
3. Extensão e Limites	1420
A) Extensão do Direito	1420
B) Limitações ao Direito	1422
4. Requisitos	1424
5. Direitos e Deveres dos Grevistas	1425
A) Direitos dos Grevistas	1425
B) Deveres dos Grevistas	1426
6. Uma Especificidade: greve e serviço público	1426
Eficácia de Regra Constitucional: permanência de um debate	1428
a) Vertente Tradicional	1429
b) Vertente Moderna	1430
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos	1434
A) Natureza Jurídica	1434
Outras Concepções	1436
B) Fundamentos	1438
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica	1438

CAPÍTULO XXXVIII

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1441
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETEROCOMPOSIÇÃO	1441
1. Autotutela	1442
2. Autocomposição	1443
3. Heterocomposição	1444
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias	1444
B) Métodos Existentes	1445
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1447
1. Distinções Relevantes	1447
2. Tipos de Arbitragem	1448
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho	1450
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho	1452
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1453
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação	1454

V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	1455
1. Enquadramento Jurídico	1455
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia	1456
BIBLIOGRAFIA	1459